

**UM OBJETO PARA A  
GEOGRAFIA.  
SOBRE AS ARMADILHAS  
QUE CONSTRUÍMOS E O  
QUE DEVEMOS FAZER  
COM ELAS**

*An object for geography. on the  
subject of the traps what we build and  
the one owes act a part with they.*

*Un objeto por geografía. en el tema de  
la trampa que construimos y el un  
owes desempeñar un papel con ellos*

**DOUGLAS SANTOS**

e-mail: douglassan@terra.com.br

**Resumo**

O artigo procura resgatar a discussão sobre a relação sujeito-objeto na construção do conhecimento em geral e, particularmente, no papel de tal relação na construção do discurso geográfico em sua especificidade. Partindo da proposição de que as discussões que construíram o movimento que ficou identificado como “geografia crítica” não conseguiram superar as tradições positivistas de nossa disciplina, o artigo identifica a possibilidade de uma leitura que requalifique o papel do objeto na constituição do significado de nossa tradição disciplinar.

**Abstract**

The article searches to rescue the discussion about the relationship between the subject-object in the construction of the general knowledge and, in particular, the role of this relationship in the construction of the geographic speech in your specificity. From the preposition that the discussions which construct the movement which become identified as “criticism geography” didn’t achive to superate the positives traditions of our discipline, the article identifie the possibility of a reading which requalifies the role of the object in the constitution of the meaning of our disciplinal traditional.

“A Crítica crítica, por mais superior que ela se julgue em relação à Massa, sente, no entanto, uma piedade infinita por essa Massa. A Crítica de tal modo amou a Massa que enviou seu Filho único, a fim de que todos os que acreditarem nele não morram, mas tenham acesso à vida crítica(...) A crítica tornou-se socialista e fala de ‘escritos sobre a miséria’” (ENGELS in Marx e Engels, 1987:09)

“De todas as maneiras que há de amar, nós já nos amamos . Com todas as palavras feitas pra sangras,já nos cortamos” (Chico Buarque)

### Explicações preliminares

Quando, em 1978, comecei a freqüentar os bancos da Universidade de São Paulo, iniciando minha trajetória como geógrafo, alguns temas foram surgindo, reiterativamente, nas falas e nas escritas de meus mestres. À época, chamou-me a atenção o quanto nos dedicávamos a ler e discutir sobre uma crise terrível pela qual passávamos, sobre a indefinição de nosso objeto, sobre nossas dúvidas quanto a sermos ou não produtores de um discurso que poderia ser considerado científico, sobre os dilemas em torno do papel social de nosso conhecimento e tantas outras questões que, para o momento, dou-me o direito de parar com tal listagem.

Foi nessa época que, quase clandestinamente, um texto começou a fazer parte das leituras correntes: *A Geografia, isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Foi com esse título que o livro de Lacoste<sup>1</sup> me chegou às mãos e, mesmo possuindo um título que mais sugeria uma manchete de jornal, o texto iniciava evidenciando a fragilidade conceitual e os dilemas éticos de nossa disciplina como discurso escolar, militar ou empresarial.

A memória talvez falhe, e o melhor mesmo é indicar que tanto a AGB quanto o movimento estudantil fizeram um esforço monumental no sentido de superar aquele *status quo* e a revista Território Livre (produzida pela União Paulista de Estudantes de Geografia) foi um dos exemplos mais importantes da época, em conjunto com o Boletim Paulista de Geografia.

É desse esforço, e no seu contexto, que algumas proposições foram sendo construídas e é com elas que nasce, no Brasil, o que costumamos denominar de Geografia Crítica. Muitos foram os autores, maior ainda a polêmica, e hoje, quase que unanimemente, aprendemos que o Espaço é o objeto da Geografia e, como veremos mais adiante, parte considerável de nossos esforços foi dedicado a explicitar os conceitos que, de uma maneira ou de outra, poderia dar conta de identificar a categoria escolhida para ser objeto da Geografia.

---

<sup>1</sup> Verificar edição de 1988.

Ainda no âmbito dessas nossas *explicações preliminares*, vale apontar que, grosso modo, a idéia de criticidade em Geografia se explicita na medida em que velhos temas tomam novas roupagens. Pensávamos em demografia? Passamos a refletir sobre o exército industrial de reserva; pensávamos na possibilidade de uma geografia física? Passamos a considerar a geografia como uma ciência social. Tal como já nos apontou Engels na introdução da Sagrada Família, "*a crítica tornou-se socialista e fala de escritos sobre a miséria*". Assim, categorias criadas e desenvolvidas no âmbito da crítica marxista à sociedade capitalista tornaram-se palavras de uso comum nos nossos textos. Queríamos superar os limites do positivismo e o fizemos na forma de uma denúncia. Foi assim que construímos as armadilhas epistemológicas com as quais nos debatemos nos dias de hoje e este é o assunto deste artigo.

### Explicações liminares

*"A geografia é a ciência dos lugares, não dos homens"*. (La Blache in Cristofolet, 1985:47)

*"Na Realidade, o corpus de uma disciplina é subordinado ao seu objeto e não ao contrário"*. (Santos, 1996:16)

Iniciemos por uma proposição relativamente bem conhecida entre geógrafos, mas deixemos de lado qualquer questionamento quanto a suas possíveis limitações ou virtudes. Nossa intenção aqui é comparar os posicionamentos de La Blache com os de Milton Santos e propor, de imediato, que ambas se sustentam na necessidade de se entender o conhecimento com base nos parâmetros iguais.

Tal afirmação, para além do caráter provocativo que parece possuir, carrega consigo, na verdade, um profundo pesar (ou sopesar): trata-se de reconhecer o esforço e os limites das ações que um grupo de geógrafos brasileiros<sup>2</sup> realizou no transcórre das últimas décadas do século passado, as quais, de uma maneira ou de outra, tiveram por objetivo a superação das diferentes formas do positivismo lógico que nos perseguia.

Ainda no âmbito da liminaridade dessas explicações, fica para o leitor a dúvida que nos parece estrutural e que deverá centrar todo o desenvolvimento de nossa argumentação: se é o objeto que define o *corpus* de uma ciência, quem é que define, identifica, escolhe, descobre, reconhece, conceitua e, por fim, executa todos os movimentos de intelecção necessários à construção de uma ciência?

Assim, e ficando momentaneamente centrado na afirmação de La Blache: se a geografia é a ciência dos lugares e, portanto, os lugares são o objeto da geografia, além do fato de tal afirmação tornar-se uma premissa maior, obrigando o sujeito a dela

---

<sup>2</sup> Na medida em que a identificação desse grupo de geógrafos é, no mínimo, sempre carregada de ambigüidades deixemos a lista em aberto e fiquemos com o que a imaginação de cada leitor identificaria como "geógrafos críticos".

tirar todas as conseqüências necessárias à construção do *corpus* de uma disciplina (no dizer de Milton Santos), parece-me razoável colocar em evidência a arbitrariedade de tal escolha<sup>3</sup>. Por que lugar e não Paisagem? Ou, ainda, por que paisagem e não Espaço (como eu mesmo cheguei a propor numa coleção de livros didáticos)? Ou região, área, ponto ou, ainda, classes sociais, lutas de classe, ecossistemas, identidades culturais ou outra coisa qualquer?

O que tornaria este ou aquele objeto mais legítimo que tantos outros?

Voltemos à proposição Lablacheana: se a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens, isso significou que o ato humano não fez parte do discurso geográfico do grande mestre francês? Sabemos que não. La Blache é, para muitos autores, o pai da geografia humana e os seres humanos sempre fizeram parte de suas discussões. Vejamos o quão contemporâneo pode ser o discurso do mestre:

“A Geografia humana não se opõe, portanto, a uma Geografia que não se preocupe com o elemento humano; aliás, tal idéia só poderá ter germinado no espírito de alguns especialistas intolerantes”. (LA BLACHE, 1954:27)

Como compreender o dilema? Necessariamente teremos de nos ater ao significado de lugar para La Blache e, daí, desvendar o que ele compreendia por humano. Resolvido o dilema estaremos envolvidos num segundo movimento muito mais complexo: o fato de outros autores (mesmo que geógrafos) compreenderem por “lugar” e “humanidade” algo muito diverso de La Blache e, assim, mesmo que usando as mesmas categorias, estarão se referindo a “objetos” diferentes e eis então que, novamente, estaremos envolvidos na necessidade de optar por um objeto para se ter o *corpus* de uma disciplina (voltemos a Milton Santos).

Dessa maneira as dúvidas se multiplicam. Seria possível que, dependendo do conceito que carregará de significados as categorias “lugar” e “humanidade”, colocadas como objetos da geografia, poderiam não produzir um discurso geográfico? Para além do fato de estarmos entendendo que a escolha do objeto como definidor de uma ciência é uma arbitrariedade do sujeito, teríamos, no atual estágio de nossa discussão, que assumir, igualmente, que caberá ao sujeito a construção conceitual que dará significado ao que ele chama de objeto.

Se assim é, então, que ordem lógica justificaria essa busca incessante pelo objeto? De onde viria a crença de que o desvendamento do objeto nos permitiria definir o *corpus de uma disciplina*?

As discussões sobre o significado do objeto na construção da explicação que, sobre ele, faz o sujeito, remonta à filosofia clássica grega. Na sua obra sobre o uso da lógica, Aristóteles (1985/1986) coloca a discussão no plano da construção discursiva,

<sup>3</sup> Ou, em outras palavras, evidenciar o caráter arbitrário que assume o sujeito no exercício sintético de construção da premissa maior.

se perguntando – tal como um gramático – sobre a identificação da ação direta ou indireta do sujeito sobre o objeto. Vejamos:

“Se, por exemplo, a asserção ‘o homem está sentado’ é verdadeira, logo que o homem se levante, tal asserção será falsa. (...) assim, pelo modo como mais ou menos as coisas acontecem, é de facto característico da substância admitir qualidades contrárias, mediante uma alteração em si mesma. (...) Se dissermos que os juízos e as opiniões podem receber contrários, é porque não são eles mesmos os sujeitos da alteração, mas porque a alteração sobreveio em sujeito distinto. Com efeito, **é a realidade ou a irreabilidade da coisa que faz o juízo verdadeiro ou falso**, não sendo possível que o próprio juízo possa admitir tamanhas qualidades contrárias.” (1985:58,59) (negrito é nosso)

Observe-se, portanto, que não estamos nos atendo a problemas recentes dessa ou daquela forma do conhecimento, mas nos reportamos a posicionamentos clássicos no interior das teorias do conhecimento. Que podemos nós contra a realidade? Todo discurso construído sem levar em consideração o comportamento real do objeto sobre o qual se fala é, por pressuposição, falso. Nesse sentido, inicia-se o longo caminho que será retomado no renascimento – os primeiros movimentos modernos na direção da ciência experimental ou positiva – até a constituição do princípio defendido por Augusto Conte da necessidade do discurso científico positiv(o)ista pressupor a “neutralidade axiológica do sujeito” ou, em outras palavras, que é o objeto quem define o *corpus* de uma disciplina (voltamos ao ponto).

Se assim é, voltemos às duas vertentes da mesma discussão: quem define que o objeto de uma ciência será, de fato, objeto dessa ciência que não seja o próprio sujeito? E, nesse sentido, quem poderia definir que este ou aquele sujeito tem mais ou menos legitimidade para, além de identificar o objeto, construir o edifício conceitual que lhe dê significado?

### Uma digressão absolutamente necessária: o significado da Lei

“(...) o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais e invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais”. (CONTE:13)

Emissário de um rei desconhecido,  
Eu cumpro informes instruções de além,  
(...)

Não sei se existe o Rei que me mandou.  
(...)  
Mas ah, eu sinto-me altas tradições  
(Fernando Pessoa – Passos da Cruz XIII)

Antes de avançarmos nas tentativas de elucidar a maneira pela qual o movimento iluminista construiu uma concepção sobre a relação entre sujeito e objeto – a qual, como já deve ter sido possível inferir, tem profundas raízes na tradição grega ou, dizendo de outra maneira, nos fundamentos da nossa identidade cultural – tornando o segundo uma entidade metafísica capaz de determinar o discurso do sujeito, vale construir um tipo de digressão que nos permitirá identificar, penso eu, mais que a lógica imanente ao discurso, mas o fundamento cultural que lhe dá legitimidade.

Para tanto será necessário que, sem mais provas que a memória, lembrar que nossas raízes mais profundas estão fincadas no limites da tradição judaica (de onde o cristianismo, o islamismo e o próprio judaísmo são expressões contemporâneas) e na tradição grega (naquilo que o cristianismo e o império romano, nos seus encontros e desencontros, conseguiram construir) e, mais que isso, que é no limiar dessas raízes que se desabrocha o debate que deu sentido e fundamento ao chamado renascimento (em alguns momentos, em nome da precisão conceitual, chamaremos o período de capitalismo mercantil). Em outra oportunidade<sup>4</sup> cheguei a aventar que o tenso diálogo com os gregos clássicos (principalmente Platão e Aristóteles) serviu aos renascentistas como ferramenta estrutural para, ao refletir sobre a divindade do medievo, subverte-la a tal ponto que ela viesse a se tornar a divindade da burguesia nascente.

Assim e tendo clareza de que por mais distante que busquemos os fundamentos de um paradigma, é com as ferramentas conceituais do aqui e do agora que elas serão tratadas, devemos lembrar que nossos discursos mais recorrentes estão, sempre, em busca de algum tipo de legitimidade e que nos fundamentos de nossa reflexão mais ordenada é a autoridade divina que dará legitimidade à reflexão dos sacerdotes e profetas e, portanto, de uma das vertentes textuais mais clássicas de nossa cultura.

Enquanto Aristóteles, no desenvolvimento de suas reflexões sobre os fundamentos do discurso, procurava legitimar a conclusão do sujeito na precisão de sua estrutura argumentativa a qual, por sua vez, deveria se subordinar ao comportamento do objeto, a tradição judaica se funda num certo tipo de “terceiro elemento” que, ao definir as leis fundamentais justificadas na sua própria vontade, dá legitimidade ao discurso na determinação que se encontra fora do próprio sujeito, isto é, na divindade.

É a ordem da autoridade que se coloca apriorística – tal como o ato ou o discurso (o verbo) da divindade ou do Estado – que, a princípio, será a Lei. E a Lei legitimará o ato – ou o discurso – do sacerdote e do funcionário de Estado.

A noção de Lei no Renascimento vai, por sua vez, sofrer um profundo recorte: a

---

<sup>4</sup>Vide Santos, D.:2002

natureza (na gigantesca luta conceitual do período) vai deixando de ser a expressão imediata da vontade de Deus para se tornar a dimensão empírica da lógica de Deus. Nesse momento Galileu nos premia com sua proposição de que o Universo é um livro escrito por Deus em linguagem matemática e que a nossa dificuldade em compreendê-lo relaciona-se mais à nossa ignorância no que tange à linguagem com que o livro foi escrito do que, propriamente, do fato de Deus ter nos oferecido, com a criação, o puro e simples mistério e, portanto, algo que não poderia ser compreendido, só poderia ser aceito.

A noção de Lei, portanto, preservará a condição de ser a proposição que, aprioristicamente, legitima o discurso, o ato, o posicionamento do sujeito. É nesse contexto, isto é, enquanto um movimento de decodificação da lógica divina ao criar a natureza e, mais que isso, na escolha da linguagem matemática<sup>5</sup> como fundamento da linguagem divina, que se procura, para além do significado e do posicionamento do sujeito cognoscente, a verdade implícita no objeto cognoscível. Devemos entender que o objeto, sob esse ponto de vista, é a manifestação da lógica divina e que esta não poderá ser contestada, poderá somente ser compreendida. Será denominada, assim, de Lei da Natureza.

É nesse contexto, e em resposta a tais necessidades, que encontraremos a discussão sobre o significado do objeto. Tratar-se-á, sempre, do que está dado, daquilo que possui intrinsecamente um conjunto de comportamentos, características, perspectivas, dimensões que devem ser desvendadas e, nesse sentido, a construção do discurso científico deve, sempre, colocar-se no formato da sistematização da verdade que se revela, primeiramente ao cientista e, na seqüência, àqueles que têm acesso à sua obra. É dessa maneira que Newton proporá as Leis da Mecânica e tais formulações se tornarão paradigmáticas para o significado de ciência que advirá com o iluminismo.

Posto nesses termos o cientista do iluminismo justificará sua ciência no esforço de revelar a verdade que pertence ao objeto e é no interior desse contexto que se constituirá a noção de neutralidade como a base axiológica do significado de ciência. Vale realçar ainda que a significação do ato de se “fazer ciência” estará limitado ao desvendamento do “como” se processam os fenômenos, ficando a discussão de seus “porquês” para os teólogos. Assim podemos terminar essa digressão que, como se vê, levou-nos de volta ao ponto de partida.

### **Um sujeito para a geografia ou, o que se quer saber quando se quer saber geografia**

Que se esclareça aqui a proposição central deste artigo: a ampla e estrutural discussão em torno do objeto da geografia careceu de um fundamento básico que nos

---

<sup>5</sup> Ver Santos, 2002; Descartes 1973b; Burt, 1991

permitisse superar, de fato, a armadilha da razão positivista, isto é, o obscurecimento da intenção do sujeito<sup>6</sup>.

Colocando a mesma questão nos seus termos mais corretos: o que quer saber o sujeito quando, explícita ou implicitamente, deliberada ou involuntariamente, direta ou indiretamente, acaba por construir um discurso geográfico?

De forma mais sintética: qual seria a dúvida do sujeito que poderíamos identificar como geográfica? Vale comentar que toda e qualquer proposição científica, na medida em que se propõe a elucidar algo, precisa, sempre, evidenciar sua própria dúvida, ou seja, seu ponto de partida. Assim, de forma axiomática, propõe-se que o ponto de partida do conhecimento é a dúvida e não o objeto. Por decorrência, na medida em que o sujeito não cria – ou desenvolve, ou sistematiza, ou propõe – a dúvida, se sua relação com o mundo não evidencia o fundamento contraditório que lhe é inerente, não é possível refletir sobre o estatuto epistemológico de um campo do conhecimento (ou do ato de se estar ciente), separando o sujeito de seu objeto e oferecendo ao segundo a condição de conter o saber que caberá ao primeiro se apropriar.

Retomemos o campo disciplinar que nos interessa diretamente e façamos uma quarta versão do questionamento que vem sendo construído: quais seriam, no caso, as características da relação sujeito-objeto que nos permitiria identificar, tanto pela dúvida do sujeito quanto pelo resultado de sua reflexão, a construção do discurso geográfico?

Num primeiro momento associemos o incômodo do sujeito (ou, o que é o mesmo, sua dúvida) com a necessidade de se buscar respostas sistemáticas. Acontece que uma especulação desse tipo exigirá que deixemos de lado nossa tendência em associar a idéia de “resposta” com a construção de um discurso de caráter verbal. Se for possível compreender que no processo civilizatório participam todos os humanos e que tendemos a carregar conosco os demais elementos que compõem a Natureza, podemos compreender, igualmente, que as respostas que fomos capazes de construir se expressaram, também, na nossa gestualidade, musicalidade, no desenvolvimento técnico e na redefinição cotidiana de nossa subjetividade. Sem que tenhamos aqui de percorrer o intrincado caminho da construção conceitual que nos permitirá entender o significado de “cultura”, deixemos que esta categoria – independentemente do significado que possua para o leitor – tenha lugar privilegiado na tentativa de sintetizar a dimensão escalar que se infere quando nos referimos ao sujeito do conhecimento e, portanto, igualmente, ao significado de conhecimento.

Tudo isso está sendo assim colocado para que possamos nos livrar da idéia de que discutir geografia se relaciona exclusivamente ao que dela se fez nas academias no transcurso do iluminismo e no limite, o que dizem os manuais escolares sobre o assunto.

---

<sup>6</sup> Comentar em pé de página o avanço das discussões em torno do desvendamento de uma ontologia para a geografia. Citar Elvio e Ruy.



Assumo aqui, como já o fiz em outras ocasiões, a proposição de Lefebvbre (1979:34) quando afirma, majestosamente, que: *“No começo, era o Topos. E o Topos indicava o mundo, pois era lugar; não estava em Deus, não era Deus, pois Deus não tem lugar e jamais o teve. E o Topos era o Logos, mas o Logos não era Deus, pois era o que tem lugar (...) Partir do lugar, mental e social, lugar da identidade e da diferença”*.

É assim que se torna legítima a afirmação de que o processo civilizatório é a constante redefinição da geograficidade dos humanos e, por decorrência, na medida em que tal processo envolve inelutavelmente a humanização da própria natureza, o processo de humanização do homem é, em outras palavras, a requalificação sistemática do ambiente pela ressignificação dos objetos pelos sujeitos, não só no que se refere aos seus significados diretos no interior do processo de produção e reprodução da vida, mas, igualmente, porque tal movimento é transformação da dimensão simbólica com que tratamos de entender a nós mesmos como sujeitos do e no mundo.

Assim, a construção do discurso geográfico teve como ponto de partida a necessária qualificação das coisas do mundo numa associação direta entre seus usos e suas localizações e, mais que isso, no fato de que o reconhecimento da ordem tópica exige a associação entre a forma e o significado de cada objeto.

Vale lembrar que estou chamando tal construção discursiva de geografia, e que isso nada tem a ver com identidades acadêmicas. O ponto mais importante desta inflexão é a necessidade de se realçar a relação na qual se insere um sujeito, e que tipo de contradição o obriga a ordenar, pelo reconhecimento das formas, direções e distâncias a identificação de si mesmo como lugar e da ordem tópica como identidade e pertencimento. Assim, citando Hegel, *“(...) o caminho para a ciência já é ciência ele mesmo, e portanto, segundo seu conteúdo, é ciência da experiência da consciência”*. (1992:72)

Permitam-me, nesse momento, tentar deixar claro o que significa a afirmação hegeliana no contexto desse artigo: o conhecimento (tomar ciência) não se realiza ao final (não é uma revelação). Trata-se, de fato, do processo pelo qual sujeito e objeto se fundem e se negam e, para o sujeito, torna-se a construção de uma ordenação discursiva e, portanto, da construção do sentido e do significado. Marx (1979), ao refletir sobre o assunto, aponta para a construção do “concreto em pensamento” ou, em outras e minhas palavras, tudo o que, independentemente da sua existência objetiva (Engels, 1976 e s/d), é significativo para o sujeito. Vigotski (1998 e 1999), procurando fazer uma releitura da “Fenomenologia do Espírito”, mais de um século depois de sua publicação e com a intencionalidade de um estudioso do comportamento, chegará à ousadia de identificar a relação sujeito-objeto como processo de apropriação de experiências e reordenamento do pensamento, e chamá-la de “zona de desenvolvimento

proximal”.

Visto sob este ângulo, o sujeito se carrega de materialidade, isto é, de contradições, desvios, problemas, descobertas, superações, redescobertas, novas contradições e assim por diante. Ainda, e sob o mesmo ângulo de observação, o objeto só se coloca como tal porque é objeto de um sujeito e, portanto, ao se apresentar em toda a sua clareza esconde (num falso paradoxo) todas as possibilidades ainda não vividas com o sujeito. Assim, o objeto pode ou não possuir existência objetiva (nada impede que o objeto de um sujeito seja alguma expressão metafísica de seu próprio pensar), mas o conhecimento será, sempre, o que está sendo sistematizado pelo sujeito de sua relação com o próprio objeto.

E assim poderemos nos debruçar infinitamente sobre paisagens, regiões, territórios, espaços, lugares, áreas, ecúmenos e todas as demais categorias familiares a quem se pergunta sobre o significado da ordem tópica (na escala da dimensão cotidiana do ecúmeno, ou, ainda e provavelmente, de uma corologia) que estaremos nos debruçando, sempre, sobre o mesmo fenomênico. A diferença estará na qualidade da relação entre o sujeito e o processo construção de sua dúvida e, portanto, sistematização sempre provisória de seu conhecimento, seu objeto.

Dessa maneira algumas perguntas devem ser, provisoriamente, colocadas de lado e, a princípio, todas elas começam pelo sintomático “o que é?”. O que é espaço, território, lugar ou paisagem? Toda ou qualquer resposta construída por uma proposição desse tipo nos levará, fatalmente, a uma armadilha epistemológica e assim será porque o “o que é?” de cada categoria só poderá ser respondido na medida em que se desvenda a relação em que se insere o sujeito que pergunta. Na diversidade escalar que cada questão impõe, fica o processo de construção de respostas inserido e subsumido à sociedade da qual se fala e de que mediação no interior dessa dimensão do fenomênico se encontra o sujeito que pergunta.

Então, diferentemente da proposição feita por Lacoste (1988), ao associar as categorias de análise à escala cartográfica linear (euclidiana), o jogo escalar que aqui estamos discutindo está diretamente relacionado ao significado de cada aspecto do fenomênico na construção de sua totalidade – e aqui se coloca a idéia de totalidade sob duas dimensões: aquela que se refere à objetividade do fenomênico e àquela que se refere à dimensão discursiva da apreensão possível do sujeito<sup>7</sup>.

Creio que é nesse contexto da reflexão que poderemos usar da seguinte proposição:

“Assim primeiro me dou conta da coisa como Uno e tenho de mantê-la nessa determinação verdadeira; se algo lhe ocorrer de contraditório no movimento do perceber, isso deve ser reconhecido como reflexão minha. Agora surgem na percepção também

diversas propriedades – propriedades essas que parecem ser da coisa. Só que a coisa é Uno, e estamos conscientes de que recai em nós essa diversidade pela qual a coisa deixa de ser Uno”. (Hegel, 1992:88)

Desdobremos: se a coisa é espaço, paisagem, região ou qualquer outro recorte, tudo isso será feito pelo sujeito que, no esforço da relação, vai percorrendo o “caminho” que é a construção do conhecimento, na medida em que sua relação com o objeto transmuta-se por ser contraditoriamente cumulativa. Nada aqui pressupõe qualquer linearidade. O processo do conhecimento nos permite admitir que hoje conhecemos mais que ontem sem que nessa aparente somatória não esteja, igualmente, embutida todo o “não conhecer” que o conhecer desvela.

A criação das diferentes categorias com as quais organizamos o processo de construção do conhecimento resulta das diferentes dimensões inerentes à relação sujeito-objeto, isto é, ao fenomênico propriamente dito ou, ainda retomando Hegel (1985), aquele que é deixando de ser.

A proposição de um objeto é, sempre, um recorte do sujeito – por isso mesmo criamos a falsa impressão de que superaremos nossa dificuldade de compreensão superando a polissemia que sobre cada categoria é imposta pelo processo de construção conceitual. Espaço, paisagem, lugar ou região são categorias criadas e necessárias à ordenação do sujeito no tornar-se ciente do si no mundo e, portanto, tornar-se ciente do mundo. E assim o é não porque o fenomênico possui cada uma dessas características ou poderia ser recortado nessas partes: trata-se, de fato, das diferentes dimensões de um mesmo processo que, por ser processo é, para cada mudança no sujeito, a necessidade de uma nova ordenação e, no mesmo âmbito, cada mudança no objeto é o surgimento de uma nova contradição.

Assim, a proposição se resume na idéia de que o fenomênico para a ciência é, sempre, a relação sujeito-objeto, independentemente do fato de a realidade objetiva pressupor relações que, por não possuírem um sujeito, não são objetos de conhecimento.

Retomemos então a noção de que o discurso geográfico, discurso necessário ao desenvolvimento dos primeiros passos do processo civilizatório é, ainda hoje, a mediação cotidiana entre o processo do “saber de si no mundo” como “saber do mundo” que se realiza na individualidade de cada um de nós (como se vê, voltamos à discussão da cultura). Acontece que tal afirmação não identifica a geografia porque generaliza a afirmação para capturar todos os saberes fundamentais. O que reconhecemos é que a construção da “identidade de si no mundo” pressupõe, entre outros aspectos, a identificação da dimensão topológica que permite ao sujeito reconhecer-se como sujeito, porque se reconhece como aquele que sabe sobre o outro e, dessa maneira, se vê na condição de identificar a si e ao outro, identificando a

---

<sup>7</sup> Já me referi a este mesmo processo identificando-o como recorte do fenomênico e recorte do sujeito (Santos, 2002).

diferencialidade das formas e a relatividade das posições.

Nessa condição iniciamos aqui a possibilidade de um novo passo, em que a busca do objeto é, de fato, o desvendamento de uma processualidade e, portanto, da explicitação da dúvida do sujeito. Em cada um dos momentos da pesquisa geográfica estaremos, então, utilizando categorias que nos permitam o desvelar dos significados possíveis da condição de haver um jogo de determinações na ordem tópica do fenomênico (pressupondo, assim, que o fenomênico possui uma ordem e que um de seus aspectos é possuir um caráter tópico). A forma pela qual temos discutido a identificação de um objeto para a geografia tem nos obrigado a transformar uma dimensão do real como se ela fosse o fenomênico propriamente dito. Eis a armadilha. Eis a possibilidade de uma discussão.

### Bibliografia

- ARISTÓTELES. *Organon*. Lisboa: Guimarães Ed., 1985.
- BLOCH, Ernst. *Sujeto-objeto - El Pensamiento de Hegel*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1985.
- BRANCO, J.M.F. *Dialética, Ciência e Natureza*. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.
- BURTT, Edwin A. *As Bases Metafísicas da Ciência Moderna*. Brasília: Ed. UNB, 1991.
- CARVALHO, M. de. *O que é natureza*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CONTE, A. *Curso de Filosofia Positiva*, São Paulo, Abril Cultural (Col. Os Pensadores, vol. XXXIII), 1973
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Os Pensadores, vol. XV, p.33-79. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Meditações*. Os Pensadores, vol. XV, p. 81-150. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973b.
- \_\_\_\_\_. *Regras para a Direção do Espírito*. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 5ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1968.
- ELIAS, N. *Sobre El Tiempo*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1989.
- ENGELS, F. *Anti-Düring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, s/d.
- HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome* . 3 vols. Lisboa:Ed. 70, 1988/ 1989 /1992.
- \_\_\_\_\_. *Lecciones sobre la História de la Filosofía*. 3 vols. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Fenomenologia do Espírito*. 2 vols. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.
- LA BLACHE, V. *Características próprias da geografia* (Annalles de Geographye 22 (124):289 a 299. 1913) in Cristofolet - *Perspectivas da Geografia – DIFEL – 1985*
- \_\_\_\_\_. *Princípios de Geografia Humana*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1954
- LACOSTE, Y. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEFEBVRE, H. *Lógica Formal/ Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Ed. Civ. Bras., 1979.

- \_\_\_\_\_. *La Presencia y la Ausencia*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LOWI, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhalsen*, São Paulo, Ed. Cortez, 1994
- MARX, K. *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la Crítica de La Economía Política*. em 3 vols. México: Siglo Veintiuno Ed., s/d.
- \_\_\_\_\_. & ENGELS, *A Sagrada Família*, São Paulo, Ed. Morais, 1987
- MENDONZA, et alli. *El Pensamiento Geográfico*. Madri: Alianza Ed., 1992.
- SANTOS, Douglas. *Imperialismo e Estado*. Mimeo. Dissertação de Mestrado defendida na F.F.L.C.H. da USP em 1991.
- \_\_\_\_\_. *Gênesis: Reflexões em torno de uma Espaço-Temporalidade Primordial*. Mimeo, 1995.
- SANTOS, Milton, *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e Linguagem*, São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Formação Social da Mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.